

# Sumário

Prefácio.....	XI
Introdução.....	1
<b>Capítulo I: A Dignidade da Pessoa Humana como Princípio Jurídico.....</b>	<b>9</b>
1.1. Categorias normativas no discurso jurídico: a distinção entre regras e princípios e a sua relevância para a interpretação jurídica.....	14
1.1.1. A força normativa dos princípios .....	14
1.1.2. Princípios e regras: distinções elementares .....	25
1.2. Eficácia jurídica dos princípios .....	38
1.2.1. Noções preliminares sobre a eficácia jurídica das normas .....	39
1.2.2. Modalidades de eficácia associada aos princípios ....	43
<b>Capítulo II: A Reconstrução da Dignidade da Pessoa Humana a Partir da Abordagem do Direito como Integridade de Ronald Dworkin .....</b>	<b>53</b>
2.1. Divergências no direito .....	55
2.1.1. Divergências teóricas são interpretativas.....	59
2.1.2. A vulnerabilidade da metodologia descritiva de Hart e o aguilhão semântico: o debate Hart <i>vs.</i> Dworkin.....	62
2.2. O direito como conceito interpretativo .....	75
2.2.1. Interpretação construtiva. O exercício literário de construção de um “romance em cadeia” ( <i>chain novel</i> ) .....	75

2.2.2. Conceito, concepções e paradigmas do direito.....	82
2.2.3. Concepções de direito .....	90
2.3. A dignidade humana como guia na interpretação de conceitos morais .....	94
2.3.1. Desacordos genuínos de valor, interpretação e responsabilidade .....	94
2.3.2. Dignidade: princípios éticos fundantes.....	105
2.4. Considerações parciais: a contribuição teórica de Dworkin para a solução interpretativa de casos judiciais controversos .....	107
<b>Capítulo III: A Dignidade da Pessoa Humana e a Aplicação Prática do Conceito pelo Supremo Tribunal Federal .....</b>	<b>111</b>
3.1. Panorama do tratamento jurisprudencial brasileiro .....	113
3.2. A dignidade da pessoa humana nos julgamentos do STF: uma análise crítica .....	120
3.2.1. A eficácia do princípio da dignidade da pessoa humana reduzida à noção do mínimo existencial .....	122
3.2.2. A colisão entre princípios, o artifício da ponderação e o prejuízo à integridade no Direito.....	129
3.2.3. Pesquisa em células-tronco embrionárias e a indefinição do conteúdo da dignidade da pessoa humana .....	141
3.2.4. O julgamento da ADPF nº. 54 e a dignidade da pessoa humana: as diferentes concepções de um conceito.....	155
3.2.5. Análise conclusiva segundo a virtude da integridade defendida por Dworkin.....	160
Considerações Finais .....	165
Referências .....	175